

Nota Técnica

Número 138 - Julho de 2014

O avanço das desigualdades nos países desenvolvidos: lições para o Brasil

O avanço das desigualdades nos países desenvolvidos: lições para o Brasil

O aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais alcançou, no período recente, o posto de uma das maiores preocupações globais. Em levantamento realizado em novembro de 2013 pelo Fórum Econômico Mundial, por exemplo, o aumento das disparidades de renda foi classificado pelas elites econômicas globais como o segundo maior desafio a ser enfrentado nos próximos meses, atrás somente do crescimento das tensões sociais no Oriente Médio e no norte da África¹.

Nesse mesmo sentido, pesquisa realizada pelo *Pew Research Center* aponta que a desigualdade é uma preocupação mundial, comum às nações ricas, de renda média ou em desenvolvimento: em 31 dos 39 países pesquisados², a metade ou mais dos entrevistados revelaram que a desigualdade é um grande problema em seu país. Ademais, em 35 países do universo pesquisado, ao menos metade dos entrevistados indicaram que as desigualdades têm aumentado nos últimos anos. Pior, na maior parte deles a desigualdade é vista como um problema intrínseco ao sistema econômico vigente no país e não um problema de curto prazo.

De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), em 2011, aproximadamente oito de cada dez pessoas da região tinha a percepção de que a distribuição da renda em seu país era injusta ou muito injusta³.

Apesar de a aludida preocupação com a distribuição da renda ter uma dimensão nitidamente global, como atestam diversas pesquisas, convém ressaltar que, de fato, não há uma tendência única a esse respeito em todas as regiões do mundo: se, por um lado, as desigualdades têm aumentado, de uma forma geral, nos países desenvolvidos, asiáticos e africanos, por outro lado, um movimento oposto tem sido assinalado nos países latino-americanos no período mais recente (ainda que seus níveis de desigualdades se situem em um patamar elevado)⁴.

Nesse cenário, é lícito reconhecer que a elevação das desigualdades nos países de capitalismo avançado tem atraído um maior interesse de análise, principalmente porque eles representam um

¹ Na América Latina, na África Subsaariana e na Ásia, a piora na distribuição da renda foi a principal preocupação manifestada pelos entrevistados. O referido documento pode ser acessado em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GAC_GlobalAgendaOutlook_2014.pdf>.

² Fizeram parte da pesquisa os seguintes países: Estados Unidos, Canadá, Grécia, Itália, Espanha, França, Rússia, Polônia, República Tcheca, Alemanha, Grã-Bretanha, Líbano, Tunísia, Turquia, Território Palestino, Israel, Egito, Jordânia, Paquistão, Coréia do Sul, Filipinas, China, Indonésia, Malásia, Japão, Austrália, Chile, Brasil, Argentina, El Salvador, México, Venezuela, Bolívia, Gana, Nigéria, Senegal, Uganda, Quênia e África do Sul. Ver: <<http://www.pewresearch.org/fact-tank/2013/11/15/the-global-consensus-inequality-is-a-major-problem/>>.

³ CEPAL (2012).

⁴ *Idem*.

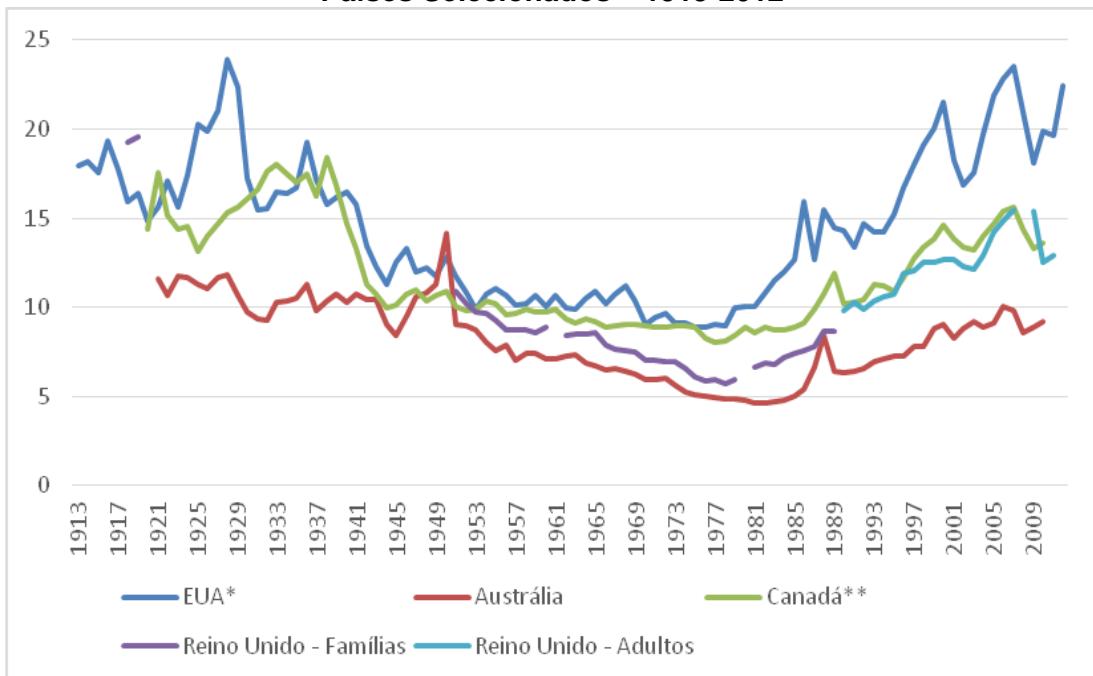
exemplo concreto de experiência de desenvolvimento capitalista que conteve em limites estreitos as desigualdades, subproduto direto, por sua vez, da construção e da consolidação de estruturas de proteção social e da aplicação de um receituário econômico de inspiração keynesiana.

Assim sendo, a presente nota técnica tem como objetivo refletir sobre as desigualdades econômicas e sociais nos países desenvolvidos, em especial sua evolução recente, os principais determinantes e consequências. A partir daí, a título de conclusão, procurar-se-á extrair lições que poderiam servir de inspiração para o caso brasileiro, muitas vezes citado, e com razão, como um exemplo exitoso de redução das desigualdades nos anos mais recentes, mas que ainda ostenta a posição de uma das nações mais desiguais do mundo.

Evolução recente e estado atual das desigualdades de renda nos países desenvolvidos

O aumento das desigualdades de renda nos países desenvolvidos data, a depender do país analisado, da década de 80 ou 90 do século passado. Os gráficos 1 e 2 apresentam a fatia da renda nacional apropriada pelo 1% mais rico de países selecionados desde o início do século XX.

GRÁFICO 1
Participação do 1% mais rico na renda nacional
Países Selecionados – 1913-2012

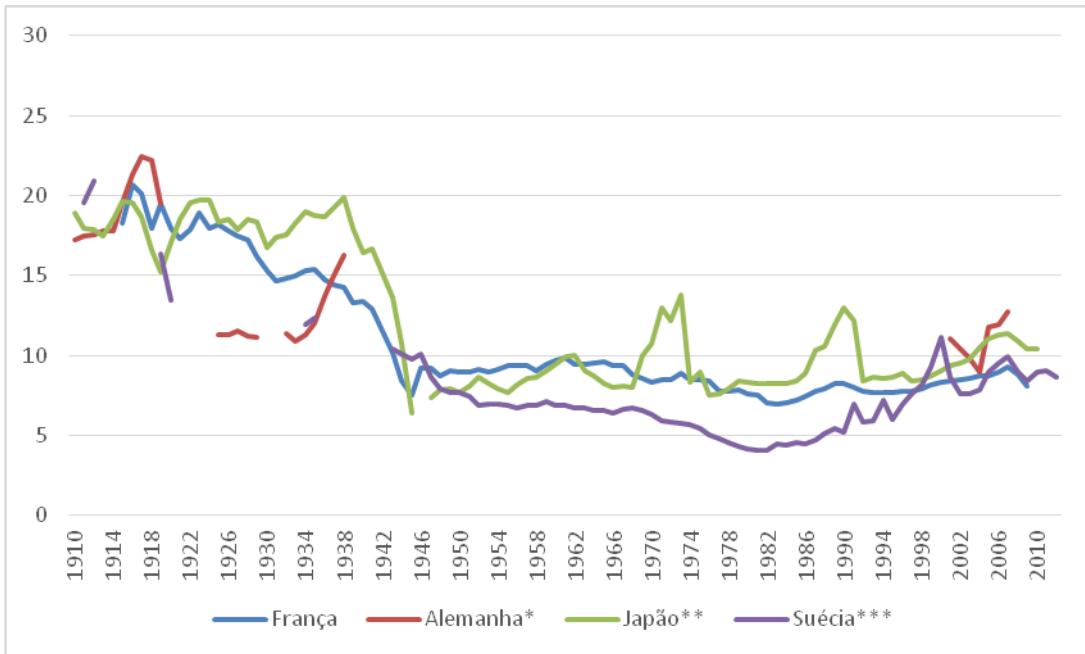


Fonte: Alvaredo et al (2013).

Elaboração: DIEESE, a partir de Alvaredo, Facundo, Anthony B. Atkinson, Thomas Piketty and Emmanuel Saez, *The World Top Incomes Database*, <http://topincomes.g-mond.parisschoolofeconomics.eu/>, 19/05/2014.

Obs.: * Incluindo ganhos de capital. ** Incluindo ganhos de capital a partir de 1972.

GRÁFICO 2
Participação do 1% mais rico na renda nacional
Países Selecionados – 1910-2012



Fonte: Alvaredo et al (2013).

Elaboração: DIEESE, a partir de Alvaredo, Facundo, Anthony B. Atkinson, Thomas Piketty and Emmanuel Saez, *The World Top Incomes Database*, <http://topincomes.g-mond.parisschoolofeconomics.eu/>, 19/05/2014.

Obs.: * Incluindo ganhos de capital a partir de 1950. ** Incluindo ganhos de capital a partir de 1947. *** Incluindo ganhos de capital.

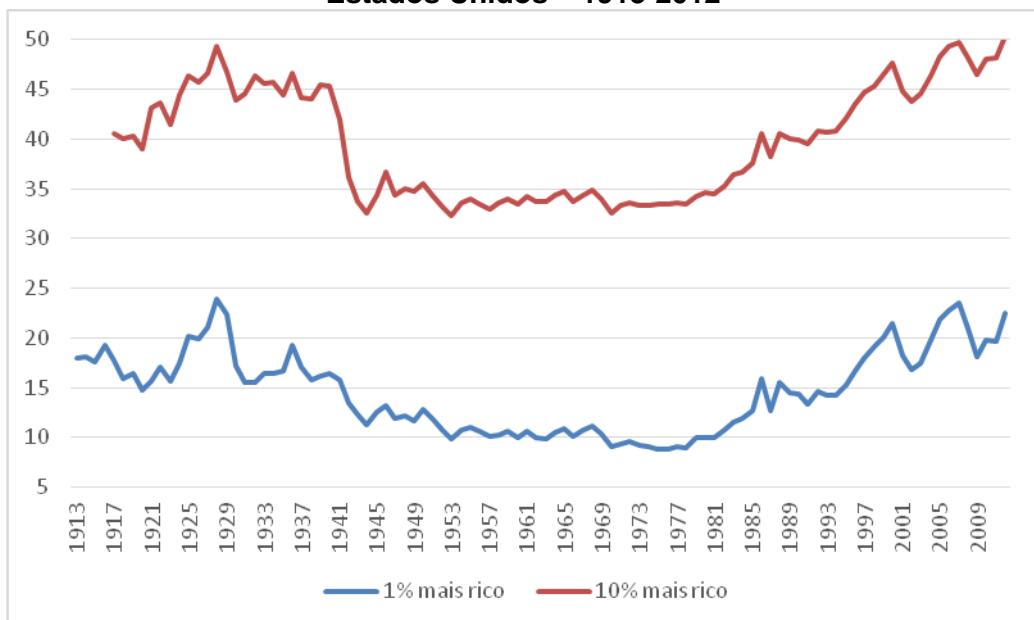
Nota-se, primeiramente, que há um sentido geral na evolução das desigualdades de renda nos países desenvolvidos em destaque: a partir da década de 1950, observa-se um movimento de queda na desigualdade que se estende até a década de 1970 ou, em alguns casos, até a década de 1980. A partir de então, é possível distinguir dois grupos de países: um primeiro grupo, formado pelos países de língua inglesa, apresenta uma reversão pronunciada do movimento anterior, conformando uma curva em formato de U; um segundo grupo, por sua vez, representado por países da Europa continental e o Japão, mantém uma relativa estabilidade da curva, apresentando um formato mais próximo de um L (a Suécia pode ser classificada como um caso intermediário).

O comportamento distinto do conjunto de países representados nos Gráficos 1 e 2 sugere que fatores explicativos de natureza tecnológica ou relacionados à globalização, que teriam elevado a demanda por mão de obra qualificada e, consequentemente, seus salários, dificilmente explicam a contento o crescimento recente das desigualdades. Para Alvaredo et al (2013, p. 5): “[...] o fato de que países de alta renda com desenvolvimentos tecnológico e de produtividade similares tenham apresentado padrões distintos de desigualdade da renda apoia a visão de que diferenças institucionais e de políticas públicas assumem um papel central nessas transformações”.

Nesse sentido, vale destacar o comportamento dos Estados Unidos, país que vivenciou o processo mais intenso de concentração da renda no topo da pirâmide de rendimentos (Gráfico 3). Antes da Grande Depressão de 1929, os 10% mais ricos da sociedade norte-americana se apropriavam, em termos médios, de aproximadamente 43,0% da renda nacional e o 1% mais rico de cerca de 18,0%. O ponto mais alto da concentração foi atingido em 1928: 49,3% e 23,9%, respectivamente. Daí em diante, observa-se uma forte queda da desigualdade sucedida por um longo período de relativa estabilidade, que se estende até o final dos anos 1970. No início desta década, por exemplo, 32,6% e 9,0% da renda nacional eram apropriadas pelos 10% e pelo 1% mais ricos.

A partir de então, observa-se, nos decênios posteriores, um aumento consistente das desigualdades de renda: em 2012, 50,4% e 22,5% da renda nacional norte-americana eram apropriadas pelos 10% e pelo 1% mais ricos, respectivamente, valores próximos ou mesmo ligeiramente superiores aos verificados no período pré-crise de 1929.

GRÁFICO 3
Participação dos 10% e do 1% mais ricos na renda nacional – incluindo ganhos de capital
Estados Unidos – 1913-2012



Fonte: Alvaredo, Facundo, Anthony B. Atkinson, Thomas Piketty and Emmanuel Saez, *The World Top Incomes Database*, <http://topincomes.g-mond.parisschoolofeconomics.eu/>, 19/05/2014
Elaboração: DIEESE

As informações reunidas e divulgadas pela Oxfam⁵ no início do ano auxiliam na composição do quadro atual das desigualdades no mundo. Assim, cabe destacar que, nos dias de hoje, 1% das famílias detém aproximadamente 46% da riqueza mundial. Por outro lado, a metade mais pobre da

⁵ A Oxfam é uma confederação de 13 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 100 países na busca de soluções para o problema da pobreza e injustiça, através de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

população mundial possui uma riqueza inferior à apropriada pelas 85 pessoas mais ricas do mundo. Adicionalmente, entre 1988 e 2008, o coeficiente de Gini⁶ aumentou em 58 países cujas informações encontravam-se disponíveis, enquanto, no mundo, sete de cada dez pessoas residem em países cuja concentração da renda se ampliou no período recente.

Interessante notar que, não obstante o amplo reconhecimento de que as raízes da crise atual se encontram na profunda concentração da renda levada a cabo nas décadas anteriores, esse processo não foi interrompido no período pós-crise. De acordo com Emmanuel Saez (2013), entre 2009 e 2012, nos Estados Unidos, o rendimento do 1% mais rico aumentou 31,4%, ao passo que o rendimento dos demais avançou modestos 0,4%, o que indica que o primeiro grupo se apropriou de 95% do crescimento da renda nos três anos posteriores à deflagração da crise atual, considerada como uma das mais graves na história do capitalismo.

Além disso, não se pode desconsiderar que o real estado da concentração da renda no mundo é muito superior ao estimado, dado que uma parcela substancial da fortuna dos mais ricos é depositada em paraísos fiscais, e, portanto, ao largo das contabilizações oficiais. Estimativas realizadas pela Oxfam apontam que perto de 18,5 trilhões de dólares estariam escondidos em paraísos fiscais, o que representaria uma evasão fiscal de cerca de 156 bilhões de dólares ou a metade do valor necessário para erradicar a extrema pobreza no mundo⁷.

O longo processo de queda e ascensão das desigualdades nos países desenvolvidos deu-se em contextos históricos bastante distintos. O primeiro momento, o da diminuição das desigualdades, foi marcado pela construção e pela consolidação de uma arquitetura econômica e um pacto político capazes de aliar, a um só tempo, alto crescimento econômico, baixos índices de inflação e de desemprego, aumento dos salários em sintonia com a produtividade, ampla rede de proteção social e a já mencionada diminuição das desigualdades de renda. Convém considerar que os países desenvolvidos se defrontavam, naquela ocasião, com os horrores das duas Guerras Mundiais, com as consequências econômicas do colapso da bolsa de valores de Nova York em 1929 e com a Guerra Fria, que opunha política e ideologicamente países capitalistas e comunistas.

Em poucas palavras, pode-se afirmar que os anos dourados do capitalismo, denominação dada ao período acima destacado, sustentaram-se em torno de três pilares:

- Um regime macroeconômico apoiado na estabilidade das taxas de juros e de câmbio, em um cenário de mobilidade restrita de capitais, o que viabilizou o crescimento dos investimentos (públicos e privados) e a geração de emprego e renda;

⁶ O coeficiente de Gini é a mais consagrada medida de desigualdade de distribuição da renda. O seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

⁷ Ver: <<http://oxf.am/UxZ>>.

- Na constituição de um fundo público voltado para o financiamento da expansão econômica capitalista, de um lado, e de melhores condições de vida para a população mediante a institucionalização de uma rede ampla de proteção social, de outro;
- No compromisso inter-classes pactuado entre trabalhadores e empresários, expresso, ainda que tacitamente, na renúncia por parte dos primeiros a “aventuras revolucionárias” e na aceitação da livre iniciativa e do lucro como pilares da organização econômica estabelecida e na garantia de melhores condições de trabalho e de vida para as massas.

A escalada das desigualdades de renda, iniciada nos anos 1970 ou 1980, remonta ao processo de desconstrução desta arquitetura econômica e política que serviu de sustentação aos anos dourados do capitalismo⁸.

Em primeiro lugar, convém ressaltar que, ainda no final dos anos 1960, iniciou-se um processo de liberalização da conta de capital do balanço de pagamentos das economias nacionais, o que impulsionou enormemente os fluxos globais de capitais, notadamente em direção ao mercado norte-americano. A ampla liquidez e a profundidade desse mercado, por sua vez, ofereceram as condições para a prática de taxas de juros mais baixas (fomentando a formação de bolhas especulativas, via barateamento do crédito), para a valorização do dólar e para uma maior predileção ao risco por parte dos agentes econômicos, alimentada por uma profusão de novos produtos financeiros.

Para os propósitos desta nota, o importante a destacar é que a maior liquidez do mercado financeiro norte-americano, aliada a uma valorização do dólar, suscitou o deslocamento da produção manufatureira para os países de baixo custo da mão de obra, particularmente os asiáticos (além de conter a inflação). Isto ocorreu em um contexto de redefinição da estratégia competitiva da grande empresa, que passou a fracionar o processo produtivo ao redor mundo e, assim, pôs em xeque a estrutura do emprego e de formação da renda herdadas do pós-guerra, assim como o papel dos sindicatos.

Nesses termos, afirma Belluzzo (2012): “Mobilidade do capital financeiro e, ao mesmo tempo, centralização do capital produtivo à escala mundial. Essa convergência suscitou os surtos intensos de demissões de trabalhadores, a eliminação dos melhores postos de trabalho, enfim, a maníaca obsessão com a redução de custos”.

É importante mencionar ainda os impactos sobre a desigualdade advindos da financeirização da gestão empresarial e da primazia do curto prazo na administração dos negócios. Neste formato, as empresas procuram não somente gerar lucros, mas, ao serem tratadas pelos acionistas como um ativo financeiro, devem buscar ampliar a rentabilidade dos capitais de acordo com parâmetros internacionais

⁸ O encadeamento dos acontecimentos históricos que segue baseia-se em BELLUZZO (2012).

adotados pelos investidores. O canal de transmissão dos objetivos dos acionistas e a gestão empresarial ocorrem por meio da vinculação da remuneração dos altos executivos ao pagamento de bônus e ações das empresas por eles geridas⁹.

Devido a essas transformações, não é difícil compreender a lenta evolução dos rendimentos do trabalho nas últimas décadas¹⁰, tampouco as iniciativas de reversão da progressividade dos sistemas tributários nacionais (Gráfico 4).

A esse respeito, cumpre salientar que tal progressividade tende a apresentar uma relação inversa com a desigualdade de renda, ou seja, países que apresentam menor progressividade na cobrança dos tributos convivem com níveis maiores de desigualdade. Ademais, a supressão das alíquotas mais elevadas de tributação da renda não apresentou uma correlação significativa com o crescimento econômico, o que significa dizer que o alívio tributário aos mais ricos concedidos nas últimas décadas não se traduziram em ampliação dos investimentos e do crescimento (ALVAREDO *et al.*, 2013).

GRÁFICO 4
Alíquota máxima do imposto de renda
Países Selecionados – 1975-2008-2013



Fonte: Tax Policy Center. Site: <http://www.taxpolicycenter.org/taxfacts/displayafact.cfm?Docid=105>
Elaboração: DIEESE

⁹ As referências bibliográficas a esse respeito são vastas. Ver, por exemplo, PLIHON (2005).

¹⁰ Belluzzo (2012) recorda que, entre 1973 e 2007, os salários reais por hora de trabalho decresceram, nos Estados Unidos, 4,4%, enquanto no período imediatamente anterior, iniciado em 1947, o salário assinalou uma expansão de 75,0%.

É no contexto descrito que deve ser entendido o processo de descolamento da taxa de retorno do capital com relação à taxa de crescimento da renda e da produção e, portanto, de ampliação das desigualdades.

Altos níveis de desigualdade e seus impactos econômicos, sociais e políticos

A desigualdade está no DNA do capitalismo. Em sua raiz, é bom lembrar, está o fracionamento da sociedade entre, de um lado, aqueles que detêm a posse e o controle dos meios de produção, a classe dos proprietários; e, de outro, aqueles que vivem unicamente do próprio trabalho, a classe dos trabalhadores.

Para além desta dimensão básica do problema, a desigualdade tende a se acentuar à medida que serviços sociais, como, por exemplo, educação e saúde, são mais ou menos monopolizados, a depender de cada caso histórico concreto, por determinados segmentos da sociedade, instaurando e sancionando uma situação de desigualdade de oportunidades.

Todavia, as desigualdades de renda costumam ser ética e moralmente aceitáveis nas sociedades contemporâneas, desde que estejam fundadas no talento individual, em competências tidas como arduamente adquiridas ou nas capacidades dos indivíduos em inovar e empreender.

Por muito tempo, o debate teórico acerca das relações entre desigualdade e crescimento econômico foi influenciado pelas conclusões do economista norte-americano Arthur Okun, que defendeu, em livro publicado em 1975, que políticas de redistribuição da renda penalizariam, em alguma medida, o crescimento econômico.

Nessa linha, houve uma ampla disseminação, entre políticos e burocratas de diversos países, da ideia de que promover melhor distribuição da renda nacional desincentivaria, de um lado, o trabalho das parcelas mais pobres da população e, de outro, a ambição dos ricos em se tornarem mais ricos, o que minaria o crescimento econômico¹¹.

No entanto, níveis extremos de desigualdade tendem a ser contraproducentes do ponto de vista econômico, político e social. É o que defende e alerta uma gama variada de estudos publicados recentemente.

Andrew Berg e Jonathan Ostry, em *Nota de Discussão do Fundo Monetário Internacional* (FMI), publicada em 2011¹², por exemplo, demonstram que países com padrões mais igualitários de

¹¹ A crença de que a concessão de benefícios econômicos, inclusive tributários, para os mais ricos da sociedade beneficiaria a economia como um todo, mediante estímulos sobre os investimentos, a inovação e a geração de empregos, recebeu, nos Estados Unidos, a alcunha de “trickle-down economics”.

¹² BERG e OSTRY (2011). Estas conclusões são reafirmadas em estudo mais recente (OSTRY, BERG e TSANGARIDES, 2014).

distribuição da renda tendem a apresentar, no longo prazo, um crescimento econômico mais estável. O contrário também é verdadeiro: quanto maior a desigualdade, menor a durabilidade dos períodos de crescimento econômico.

Segundo eles, tal constatação permanece válida mesmo quando outros determinantes da duração do crescimento econômico, como choques externos, renda inicial, qualidade institucional, abertura comercial e estabilidade macroeconômica, são levados em consideração¹³.

Em estudo posterior¹⁴, as evidências apresentadas avalizaram a conclusão dos autores de que os efeitos da distribuição da renda sobre o crescimento econômico tendem a ser positivos. Em suas próprias palavras, “[...] existe surpreendentemente pouca evidência acerca dos efeitos destrutivos sobre o crescimento de uma redistribuição fiscal a nível macroeconômico. [...] Uma redistribuição (de intensidade) média, ligada a uma redução da desigualdade, é assim associada com um maior e mais durável crescimento”¹⁵.

Dessa forma, é importante reafirmar, uma redução dos níveis de desigualdade não provoca necessariamente uma desaceleração do crescimento econômico, antes assumindo um efeito geral contrário, qual seja, pró-crescimento, possivelmente com a exceção dos casos mais extremos de redistribuição da renda.

A concentração da renda em níveis elevados tende, ademais, a distorcer a representação política em sociedades democráticas, ampliando o controle das elites locais sobre os processos de concepção e implementação de políticas públicas, em prejuízo do interesse coletivo. Os exemplos mais eloquentes a esse respeito, no tocante aos países desenvolvidos, são: as estreitas ligações existentes entre os processos de desregulamentação financeira e de ampliação das desigualdades de renda nos Estados Unidos; a imposição das políticas de austeridade na Europa, que penalizam os gastos públicos voltados para os mais pobres, mantém intacta a renda dos mais ricos e impulsiona as desigualdades; e as reformas fiscais que vêm sendo implementadas desde os anos 1970, que aliviam o peso dos tributos sobre a parcela mais rica da sociedade e compromete a capacidade de gasto dos Estados nacionais (OXFAM, 2014).

¹³ Os canais de transmissão entre desigualdade de renda e sustentabilidade do crescimento econômico residiriam, para estes autores, nos seguintes aspectos: i) imperfeições no mercado de crédito: uma maior igualdade de renda facilitaria os investimentos em capital humano da parcela mais desfavorecida da sociedade e, portanto, o crescimento; ii) economia política: países economicamente mais desiguais podem apresentar padrões mais igualitários de distribuição do poder político, de sorte que este último pode ser mobilizado para influenciar a distribuição da renda – mediante modificações no sistema tributário, por exemplo –, provocando, como contrapartida, uma reação das elites econômicas no sentido de se opor à tal redistribuição (via corrupção de agentes políticos), o resultado seria um cenário desestimulante para o investimento e para o crescimento; iii) instabilidade política: maiores níveis de concentração da renda amplificariam os riscos de instabilidade política, aumentando a incerteza e comprometendo o crescimento da economia. Nesse sentido, Krugman (2014a) chama a atenção para o fato de que não apenas os incentivos importam quando se discute a redistribuição da renda nacional, mas também o acesso aos recursos, a exemplo da educação. Com efeito, sociedades muito desiguais tendem a bloquear o acesso de uma parcela significativa da população a tais recursos.

¹⁴ Ver OSTRY, BERG e TSANGARIDES (2014).

¹⁵ *Idem*, p. 26, parênteses nossos.

Não se pode menosprezar ainda a incapacidade que estes Estados, quando capturados pelas elites, têm em promover políticas públicas que favoreçam uma situação ampla de igualdade de oportunidades. Nesses termos, tende-se, ao contrário, a cristalizar o fosso existente entre pobres e ricos e a tornar o processo de criação e de transmissão da riqueza cada vez mais dependente da hereditariedade, e menos do trabalho, falsificando uma meritocracia genuína¹⁶. Com efeito, sociedades mais injustas apresentam menor mobilidade social.

Observações Finais

O Brasil assinalou uma redução expressiva das desigualdades nos últimos anos, na contramão de boa parte do mundo, conforme se demonstrou nesta Nota. Entre 2002 e 2012, por exemplo, o coeficiente de Gini diminuiu de 0,59 para 0,53, enquanto que, nesse mesmo intervalo de tempo, a razão entre a renda dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres declinou de 22,2% para 15,4%, para citar alguns dados estatísticos.

Nesse sentido, o grande desafio parece ser o de manter o atual ritmo de diminuição das desigualdades nos próximos anos, visto que o Brasil ainda se situa entre os países mais desiguais no mundo. O que a experiência atual dos países desenvolvidos pode nos ensinar? Os principais pontos presentes nesta nota, sumarizados logo abaixo, lançam alguma luz a esse respeito:

- A desvalorização do trabalho promove níveis mais elevados de desigualdade de renda;
- Sistemas tributários regressivos sancionam um patamar mais alto de desigualdades;
- Altos níveis de desigualdade tornam mais instável o ritmo do crescimento econômico;
- Uma redução da desigualdade de renda tende a ter impacto positivo no crescimento econômico;
- Níveis extremos de desigualdade provocam distorções na representação política dos cidadãos e enviesam o processo de formulação de políticas públicas;
- Quanto mais justa uma sociedade, maiores as possibilidades de ascensão social.

¹⁶ KRUGMAN (2014b).

Referências

- ALVAREDO *et al.* The top 1 percent in international and historical perspective. **Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, 27(3): 320, 2013.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Capital financeiro e desigualdade. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, n. 65, dez. 2012.
- BERG, Andrew; OSTRY, Jonathan. **Inequality and unsustainable growth**: two sides of the same coin?. Washington, D. C.,: IMF, 2011. (IMF Staff Discussion Note). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2011/sdn1108.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- CEPAL. **Social panorama of Latin America**. S.l.: United Nations, 2012. disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/4/48454/SocialPanorama2012DocI.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- KRUGMAN, Paul. Liberty, equality, efficiency. **New York Times**, New York, 09 mar. 2014a. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/03/10/opinion/krugman-liberty-equality-efficiency.html?src=xps>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- KRUGMAN, Paul (2014b). Wealth Over Work. **New York Times**, New York, 23 mar. 2014b. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/03/24/opinion/krugman-wealth-over-work.html?src=xps>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- OSTRY, Jonathan; BERG, Andrews; TSANGARIDES, Charalambos. **Redistribution, inequality, and growth**. Washington, D. C., IMF, 2014. (IMF Staff Discussion Note). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/sdn/2014/sdn1402.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- OXFAM. **En finir avec les inégalités extrêmes**: confiscation politique et inégalités économiques. [S.l.: s.n.], 20 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/bp-working-for-few-political-capture-inequality-200114-fr.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2014.
- PLIHON, Dominique. As grandes empresas fragilizadas pelas finanças. In: CHESNAIS, François. **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SAEZ, Emmanuel. **Striking it Richer**: the evolution of top incomes in the United States. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<http://elsa.berkeley.edu/users/saez/saez-UStopincomes-2012.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2014.
- WORLD ECONOMIC FORUM. **Outlook on the global agenda 2014**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GAC_GlobalAgendaOutlook_2014.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2014.

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Aurora, 957 - 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Antônio de Sousa - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Vice Presidente: Alberto Soares da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Secretaria Executiva: Zenaide Honório APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretor Executivo: José Carlos Souza - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Luís Carlos de Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Angela Maria Schwengber

Técnico responsável

Tiago Oliveira

Revisão técnica

Airton Santos